



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 011/2014

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7
8
9 Ao primeiro dias do mês de julho do ano de dois mil e quatorze, às 09h e 30min (nove
10 horas, trinta minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 –
11 14º andar, a quatrocentésima oitava reunião do Conselho de Administração do
12 PREVIMPA. A sessão foi presidida pelo conselheiro André Brum de Sá e Luís Fernando
13 de Fraga Silva, como Secretário. Estiveram presentes os conselheiros titulares e suplentes
14 que assinam esta ata. Aberta a sessão o Presidente colocou em votação a ata nº 010 de
15 24/06/2014, sendo aprovada. Passando aos informes, o presidente André, questionou se já
16 foi encaminhado à Câmara Municipal o projeto de lei concedendo a diferença acima da
17 inflação no reajuste no vale refeição. O conselheiro Laerte informou que ainda não foi
18 encaminhado, mas que estará sendo encaminhado no decorrer do mês de julho. O
19 Conselheiro Mário Fernando Antônio da Silva informou que estará concorrendo a
20 Deputado Federal nas próximas eleições e que por este motivo está se licenciando do
21 Conselho de Administração. Passando à pauta do dia, o conselheiro Borba realizou a
22 leitura do parecer 004/2014, referente ao processo nº 009.002101.14.9, que trata da
23 contratação de veículo locado para o departamento. Após concluída a leitura, o presidente
24 colocou o referido parecer em votação, sendo aprovado por unanimidade. Passando para o
25 debate referente à apresentação realizada pelos atuários na reunião do dia 24/06/2014, o
26 conselheiro Luís Fernando externou sua preocupação em relação às propostas apresentadas
27 por eles, pois muitas delas representariam perda de direitos adquiridos. Outros pontos
28 preocupantes são o aumento de alíquota, igualdade de idade entre homens e mulheres para
29 aposentaria e a previdência complementar. O Atuário Dalvim argumentou que foram
30 colocados os pontos técnicos e que é necessário que ocorra o debate político sobre as
31 propostas, pois, por serem técnicos, não significam que politicamente é o mais adequado.
32 Quanto à igualdade de idade para homens e mulheres terem direito a aposentadoria e tirar
33 direitos adquiridos, visam unicamente a sustentabilidade do sistema. Aposentadoria
34 complementar, por exemplo, pode ser uma boa opção em nível federal, mas em nível
35 municipal pode não ser. Cada vez mais nossa massa de servidores são mulheres e a
36 tendência é as mulheres se aposentarem antes e viverem mais tempo. A atuária Aline,
37 argumentou que, com as mulheres vivendo mais e trabalhando menos tempo, o período
38 para formar o fundo viando o pagamento da aposentadoria é menor. O presidente André
39 mencionou que de todas as propostas apresentadas, a que está em maior evidência é a que
40 trata do pagamento de pensões por morte. O conselheiro Mário observou que o maior
41 problema do Brasil é a falta de discussão. Temos discussões importantes a serem feitas em
42 nível nacional, como por exemplo, o pacto federativo, a reforma previdenciária e o volume
43 de recursos arrecadados para a previdência e que são desviados para outros setores. O
44 conselheiro Borba salientou que este é um dos raros fóruns onde se pode debater sem que

45 seja somente entre dois ou três técnicos. Os grandes rumos não serão decididos aqui, mas é
46 aqui que temos que discutir e nos mantermos informados sobre o que está acontecendo ao
47 nosso redor. Por isso se abstém de discutir sobre o corte de direitos adquiridos e que não
48 será ele a cortá-los. O conselheiro Ricardo colocou que a questão é global, temos que
49 pensar muito s respeito, pois somos uma elite pensante. Dentro da prefeitura vemos muitos
50 colegas altamente despreocupados com os assuntos. Temos que esclarecer a eles que a
51 reforma previdenciária é necessária e urgente. O município fica com setenta e cinco
52 por cento das obrigações sociais, porém, fica com menos de dez por cento do volume de
53 recursos arrecadados. O conselheiro Edson afirmou que cabe ao estado gerir os recursos e
54 prover as necessidades da população (saúde, educação, segurança, etc.) A apresentação dos
55 atuários apresenta soluções técnicas, temos que procurar dentro do modelo atual as
56 melhores soluções, preservando os direitos que já são poucos. Hoje há um contexto
57 econômico não muito favorável. O conselheiro Juarez citou que existem taxas que são
58 cobradas a cada três anos. Um banco, por exemplo, paga uma taxa de R\$ 309,00 a cada
59 três anos, ou seja, R\$ 103,00 por ano, em compensação, cobra taxas em torno de R\$ 20,00
60 por mês de cada correntista, ou seja, R\$ 240,00 por ano, de cada correntista. Sugeriu que
61 sejam revistas essas taxas, visando aumentar a arrecadação. O conselheiro Mário afirmou
62 que existe uma má arrecadação, onde um cidadão milionário, não é sobre taxado na sua
63 fortuna, porém, um trabalhador assalariado, tem desconto de imposto de renda direto do
64 seu salário. O presidente André argumenta que falar de reforma tributária é uma decisão
65 política. Na Europa existe a tributação direta, como por exemplo, a tributação sobre a
66 herança. No Brasil a tributação é indireta, onde tanto o assalariado quanto o milionário
67 pagam o mesmo imposto sobre os produtos que consumirem. Todo contribuinte quer pagar
68 menos, o governo quer arrecadar mais, como fazer reforma tributária nesta realidade? Por
69 isso ela não acontece. Afirmou, ainda, que quanto à previdência do município, o que
70 preocupa é o regime de capitalização, pois todo o ano é uma luta para atingir a meta
71 atuarial, temos que achar uma maneira de resolver esta situação, para no futuro não termos
72 que cair na previdência complementar. O conselheiro Luís Fernando observa que quase
73 todas as propostas, são para salvar o capitalismo. O futuro não se sabe, pois quem manda é
74 o capitalismo. O que ocorre na realidade é uma disputa política, mais do que uma decisão
75 política. O problema da divisão dos recursos, onde o município fica com uma pequena fatia
76 da arrecadação, porém fica com a grande maioria das obrigações, passa pela
77 municipalização dos serviços, que à época em que foi definida nos moldes de hoje, foi
78 apresentada como a solução. O atuário Dalvin comenta que o ingresso no serviço público é
79 um direito de todo o cidadão brasileiro com mais de 18 anos, respeitando os limites
80 impostos pela legislação, o aumento de alíquota seria o ideal mas ninguém concordaria em
81 pagar mais contribuição previdenciária. Afirmou que as propostas apresentadas pela equipe
82 são baseadas nos estudos científicos e nas nossas variáveis. A atuária Aline informa que
83 dos itens que mais impacta e que não mexe em direitos é a compensação previdenciária e
84 que os entes deveriam buscar a regulamentação da COMPREV, pois se um servidor
85 entrasse no município com idade avançada e trouxesse junto os valores de suas
86 contribuições previdenciárias efetuadas no período externo, não teríamos problemas. O
87 conselheiro Rodrigo comenta que para alguns institutos de previdência não é interessante a
88 compensação previdenciária, sendo esta a maior dificuldade em implementá-la. O
89 conselheiro Marcelino, cita que à época em que foi tratada a compensação previdenciária,
90 o Ministério da Previdência, apresentou uma forma de cálculo onde a parcela das

91 contribuições previdenciárias que são repassadas pelo Regime Geral de Previdência ao
92 RPPS, são muitas vezes inferiores aos valores descontados do trabalhador. O atuário
93 Dalvin comentou que a situação do Regime de Repartição Simples é mais clara, a situação
94 do Regime de Capitalização é mais preocupante, pois depende de uma série de iniciativas
95 da administração municipal, como por exemplo, a política de contratação de pessoal.
96 Apontou que a melhor saída é administrar da melhor maneira possível os nossos recursos e
97 colocou-se à disposição para colaborar sempre que os conselheiros acharem necessário. O
98 conselheiro e Diretor Geral, disse que o PREVIMPA está aberto ao conselho com toda a
99 transparência e para auxiliar em tudo que for necessário. Comentou, ainda, que no
100 CONAPREV a discussão é a mesma apresentada aqui e que o nó é nacional. Passando para
101 o terceiro ponto da pauta, o processo eleitoral aos conselhos do departamento, a
102 conselheira Fátima informou que o processo está em andamento, que o prazo final para
103 inscrição das chapas é dia 07/07/2014. O regimento interno e o decreto estabelecem regras
104 que estão sendo observadas rigorosamente. A preocupação maior é com a divulgação e que
105 a comissão está buscando ampliá-la. O desconhecimento das pessoas é preocupante, elas
106 não possuem uma compreensão do processo. A contra-senha é outra preocupação, existe o
107 medo de que o servidor abra o contracheque e coloque fora a correspondência com a
108 informação. As chapas vão ter um papel importante no esclarecimento e conscientização
109 dos colegas em relação ao processo. Temos que garantir o quorum mínimo para não termos
110 que realizar nova eleição como ocorreu há alguns anos atrás. Ocorrerá uma reunião
111 extraordinária no dia 08/07/2014 para homologação das chapas e para discutir a logística
112 para o período da eleição, visando garantir que todos tenham acesso aos meios necessários
113 para votar. O conselheiro Borba reforça sua solicitação de que esta eleição seja assumida
114 pela administração para evitar constrangimentos como os que ocorreram nas eleições
115 anteriores. Quer acreditar que o município está comprometido com a eleição. Pediu ao
116 Diretor Geral que reforce junto à administração municipal esta necessidade de garantir o
117 livre trabalho de divulgação das chapas no âmbito de todos os setores da prefeitura. O
118 conselheiro Luís Fernando sugeriu que as contra-senhas sejam colocadas no campo
119 destinado aos avisos nos contracheques. A conselheira Fátima informou que irá
120 encaminhar a discussão. O conselheiro Rodrigo informou que não é possível, pois seria
121 necessário mexer na estrutura dos contracheques. Colocou que já participou de eleições e
122 viu a dificuldade de conseguir quorum. Disse, ainda, que a direção do PREVIMPA quer
123 que a eleição seja um sucesso e está trabalhando para isso. O conselheiro Edson propõe
124 que seja pautada para a próxima reunião a discussão sobre a incorporação das horas extras
125 para a aposentadoria. Não havendo nada mais a tratar o presidente encerrou a reunião às
126 11h (onze horas) e foi lavrada a presente Ata que vai assinada por mim Luís Fernando de
127 Fraga Silva, Secretário de Mesa e pelos demais presentes.

128

129

130 André Brum de Sá – Presidente

Luís Fernando de Fraga Silva – Secretário

131

132

133 Edson Zomar de Oliveira

Liege Mentz

134

135

136 Carlos Adolfo Bernd

Laerte Campos de Oliveira

137		
138		
139	Ricardo Zucareli Pulvirenti	Clarazete Gautério de Farias
140		
141		
142	Cleida Maria da Cunha Feijó Gomes	Rodrigo Machado Costa
143		
144		
145	Fátima Regina Carlos Saikoski	José Marcelino Heck
146		
147		
148	Luís Ferrari Borba	Mário Fernando Antônio da Silva
149		
150		
151	Idalina Fagundes Venturini	Juarez José da Silva
152		
153		
154	Pedro Luís Martins	Teresinha Casagrande